

Desindexação por seis meses, propõe Simonsen

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, disse ontem, no Rio, que dificilmente o governo conseguirá reverter bruscamente o processo inflacionário se continuar mantendo a economia indexada. Em função disso, voltou a defender como solução natural para o "maior problema da economia brasileira" o congelamento temporário de todas as formas de reajustes e a fixação de períodos mais definidos dos mesmos.

Após ressaltar que o próprio governo tem consciência de que "esse é o diagnóstico correto para o nosso grande mal", disse que está faltando a oportunidade para o momento certo de sua aplicação. Na sua opinião, a desindexação geral da economia deveria ser pelo prazo de seis meses e a sua aplicação seria muito mais fácil em um estado de hiperinflação.

Ao falar para empresários financeiros no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Simonsen condicionou a proposta de desindexação temporária de preços, salários, aluguéis e até margem de lucros de empresas controladas pelo governo à manutenção do *status quo* atual da sociedade brasileira a níveis de valores nominais.

Segundo acrescentou, após o período de congelamento, o governo estabeleceria, no primeiro mês, a relação entre a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional e a inflação prevista, para efeito de cálculo. Esclareceu que o processo de desindexação não terá que começar por mudanças na sistemática de fixação de valores da ORTN, que define a correção monetária ou na taxa de câmbio, mas nos índices de preços que são



Arquivo

Ex-ministro defendeu congelamento de preços e salários

calculados com base em inflação passada.

Mesmo assim, o ex-ministro do Planejamento disse que o governo vem conseguindo obter resultados favoráveis no controle das suas principais contas, razão pela qual acha que se ao final do ano houver uma expansão monetária de 100%, apesar da previsão de 50%, "não será uma tragédia".

Para Simonsen, o importante a ser mantido em um esquema de desindexação da economia será o nível de renda real, motivo pelo qual sugeriu uma estabilização real sobre a média dos preços sincronizada com uma inflação projetada. "Isso tudo

dentro de liberdade de preços praticados pelas empresas e de maior controle na expansão da moeda e na concessão do crédito", acrescentou.

Sobre a taxa de 10,3% fixada pela Fundação Getúlio Vargas para a inflação de agosto, disse que não se pode entender esse resultado como surpreendente, porque "querer prever com precisão decimal uma taxa de inflação que anda na faixa de 9% no mínimo seria um exercício lotérico". Na qualidade de vice-presidente da instituição, lembrou que em 1974, com uma inflação média de 3% por mês, ocorriam reajustes de até 0,5% quando da fixação final do Índice Geral de Preços (IPA).